

BOLETIM INFORMATIVO

EDIÇÃO Nº 03



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça de Assistência Social

APRESENTAÇÃO



O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Assistência Social possui como atribuição precípua subsidiar os Órgãos de Execução do Ministério Público de Mato Grosso na defesa da efetiva implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, observando a transversalidade das políticas públicas de assistência social.

A Edição nº 03 do Boletim Informativo privilegia tópicos atinentes ao orçamento público e ao financiamento dos serviços socioassistenciais.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) funciona por meio do repasse de recursos federais com cofinanciamento dos estados federados. Há a obrigatoriedade de criação e funcionamento dos Fundos para o recebimento de recursos federais e estaduais, o que possibilitou a implantação de um sistema informatizado de transferência regular e automática dos recursos sem a necessidade de acordos, convênios, ajustes ou contratos.

Os estados e a União são responsáveis em conjunto pelo financiamento de ações continuadas e planejadas. Os entes federados devem alocar recursos próprios em seus respectivos fundos para o recebimento das transferências automáticas do Governo Federal. Além disso, são os responsáveis pela utilização, controle e acompanhamento dos serviços e programas por meio dos respectivos órgãos de controle.

SUMÁRIO

- 01** NOTÍCIAS
- 02** NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 03** INDICAÇÕES INTERATIVAS
- 04** 14ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CUIABÁ)
- 05** "OUSE SABER"

Equipe

Dr. Paulo Henrique Amaral Motta

Promotor de Justiça - Coordenador do CAO Assistência

Dra. Tessaline Luciana Higuchi Viegas Devesa Cintra

Promotora de Justiça - Coordenadora Adjunta

Gabrielle dos Santos

Assistente Ministerial

Jovana Albuês da Silva

Auxiliar Ministerial



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOTÍCIAS

CNJ 18 anos: garantia dos direitos de minorias é destacada em comemoração

A atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na elaboração e no desenvolvimento de políticas que contribuem com as garantias e as liberdades fundamentais, os direitos humanos, a proteção de grupos minoritários e em situação de vulnerabilidade foi destacada pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho, ministra Rosa Weber, no dia 05 de junho, durante sessão solene em comemoração aos 18 (dezoito) anos do órgão, que serão completados no dia 14 de junho.



A ministra ressaltou a importância do Conselho diante das marcantes desigualdades sociais e econômicas “de tantos Brasis”.

Fonte: Conselho Nacional de Justiça.

Comissão debate aperfeiçoamento do Bolsa Família



A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados debate, no dia 14 de junho, as ações do novo governo para reinstaurar e aperfeiçoar o Bolsa Família.

Na avaliação da parlamentar, a retomada do programa Bolsa Família foi medida fundamental diante de um cenário em que “33 milhões de brasileiros estavam passando fome e quase 53% dos domicílios compostos somente por adultos sofrendo com algum tipo de insegurança alimentar”.

Fonte: Agência Câmara de Notícias.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

MDS repassa R\$ 8,9 milhões para atendimento socioassistencial de imigrantes e refugiados



A estratégia de interiorização faz parte da "Operação Acolhida", criada como resposta à crise migratória venezuelana na fronteira Norte do Brasil, com o objetivo de fornecer assistência humanitária aos refugiados e migrantes venezuelanos. Por meio da interiorização, esses cidadãos são realocados em cidades brasileiras que se voluntariam a recebê-los e lhes oferecem oportunidades de retornar ao mercado de trabalho.

"Nosso papel é auxiliar os municípios e estados a proverem necessidades básicas desses grupos vulneráveis, sem deixar de lado as diferenças culturais. Além de acolher, é preciso criar um caminho de novas oportunidades", destacou o ministro Wellington Dias.

Oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), os recursos custearão seis meses de atendimento de necessidades básicas dos imigrantes, refugiados e de familiares, além de permitir que ingressem em programas de recolocação profissional.

Fonte: Governo Federal.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CDH: Representantes do governo apresentam dados sobre a fome



A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou no dia 19 de junho a 3ª (terceira) audiência pública do ciclo de debates sobre a fome no Brasil.

Os senadores ouviram pesquisadores do "DataSenado" e representantes do governo, que falaram dos números da fome no país e das medidas que estão sendo tomadas para enfrentá-la.

O presidente da CDH, Paulo Paim, afirmou que é papel do Senado continuar a dar visibilidade para essas questões.

Fonte: Agência Senado.

CDH debate direitos da população em situação de rua



A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara dos Deputados promoveu no dia 21 de junho audiência pública sobre direitos da população em situação de rua.

O requerimento para realização da audiência pública foi apresentado pelo deputado Luiz Couto (PT-PB). Ele quer discutir a produção de informações consistentes que permitam a elaboração de políticas efetivas para as pessoas em situação de rua. *"As pesquisas precisam ser completadas pela escuta direta das próprias pessoas que se encontram em situação de rua, pois é delas a agência principal no processo de superação dos obstáculos que enfrentam pela assunção da cidadania"*, disse.

Fonte: Câmara dos Deputados.



Estratégias de fortalecimento do SUAS e de combate à insegurança alimentar são discutidas no Fórum Nacional de Assistência Social



No Brasil, 85% da população vive nas cidades. Além disso, aproximadamente 80% de todos os alimentos produzidos no mundo são consumidos em áreas urbanas.

A urbanização está criando desafios sem precedentes para garantir que todos tenham acesso a alimentos saudáveis, mantendo uma alimentação adequada, produzida e consumida de maneira sustentável, com preservação dos recursos naturais e da biodiversidade do planeta.

O repasse do IGD é crucial para que estados e municípios possam custear atividades de gestão relacionadas à execução do Bolsa Família e do Cadastro Único. Com o recurso, é possível, por exemplo, adquirir mobiliário, equipamentos de informática, veículos e material de consumo, reformar ou construir unidades de atendimento, elaborar estudos e pesquisas, divulgar campanhas e realizar capacitações, entre outras despesas.

Fonte: Governo Federal.

Audiência pública discute critérios para implantação de programas habitacionais em MT

O déficit habitacional atinge quase 65.000 (sessenta e cinco mil) famílias de baixa renda em 23 (vinte e três) dos 141 (cento e quarenta e um) municípios mato-grossenses. Somente em Cuiabá 22.000 (vinte e duas mil) famílias carentes não possuem casa própria.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) realizou, no dia 15 de junho, audiência pública para debater o mecanismo de criação e implantação de programas habitacionais em Mato Grosso.



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Conferência Nacional de Assistência Social terá 4ª edição do Prêmio Mérito CNAS

Pela 4ª (quarta) vez, boas ações voltadas para políticas de assistência social serão premiadas na 13ª (décima terceira) Conferência Nacional de Assistência Social, que está prevista para ocorrer no dia 05 (cinco) de dezembro, em Brasília. É o Prêmio Mérito Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que nesta edição terá como tema: "O SUAS que queremos".



A intenção de realizar esta premiação é dar visibilidade às vivências concretas que exemplificam as contribuições para a Política Pública de Assistência Social e que geram impactos para a vida do usuário da assistência social.

Além disso, o Mérito CNAS tem como objetivos disseminar processos organizativos que contribuam para ampliar e qualificar a participação da população na formulação, gestão e controle social da política de assistência social; reconhecer e divulgar iniciativas e experiências no campo da democracia participativa e representativa; e reconhecer e divulgar iniciativas de gestão que garantem financiamento para a Política Pública de Assistência Social.

Fonte: Governo Federal.

MDS define novos documentos obrigatórios para famílias fazerem ou atualizarem o Cadastro Único

O processo de qualificação da base de dados do Cadastro Único passa por mais uma etapa. O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome editou no dia 04 de junho a [Portaria nº 889](#) que altera os documentos que devem ser apresentados pelas famílias para fazer ou atualizar seus registros.

Passam a ser obrigatórios documento com foto do responsável pela unidade familiar e comprovante ou declaração de residência, que deverão ser apresentados junto com os documentos de identificação de todos os componentes familiares.

Outro ajuste importante foi no procedimento de cadastramento ou atualização cadastral de famílias unipessoais. Além de apresentar os documentos obrigatórios, comuns a todos os tipos de composição familiar, elas terão que assinar um termo de responsabilidade, se comprometendo com a veracidade das informações prestadas ao Cadastro Único.

Fonte: Governo Federal.



Setasc-MT promove campanha de conscientização pela erradicação do trabalho infantil

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) promoveu panfletagem no município de Várzea Grande, percorrendo ruas e comércio local, como parte da programação da Campanha de Combate ao Trabalho Infantil, realizada no mês de junho.

A ação é organizada pelo Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fepeti-MT), com o apoio do Governo de Mato Grosso, por meio da Setasc, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Várzea Grande.

Conforme a superintendente de Benefícios, Programas e Projetos do SUAS da Setasc, Marimar Michels, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é uma ação federal, desenvolvida pela gestão estadual, em parceria com os municípios.



Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso.

Assistentes Sociais nas Conferências de Assistência Social do Estado de Mato Grosso

Diante do Processo Conferencial da política de Assistência Social que se realiza neste ano em todos os estados brasileiros, o Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso – 209 Região, defende a realização das Conferências e vem PROPOR às/aos assistentes sociais que atuam nos diferentes equipamentos públicos do Sistema Único de Assistência Social dos 141 (cento e quarenta e um) municípios mato-grossenses, que participem efetivamente deste espaço legítimo de diálogo, resistência e mobilização na defesa do SUAS.

A Portaria CNAS/MC nº 90/2022 convoca a Conferência Nacional de Assistência Social que acontecerá no período de 05 a 08 de dezembro de 2023, sendo precedida pelas Conferências municipais que iniciaram no dia 03 de abril e serão finalizadas no dia 15 de julho. Já as Conferências estaduais deverão acontecer entre o período de 16 de agosto a 16 de outubro e, conforme Portaria Conjunta nº 01/2023/CEAS/SETASC/MT, a Conferência Estadual de Assistência Social de Mato Grosso será realizada nos dias 04 a 06 de outubro de 2023.

Com o tema central: "Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos", as Conferências de 2023 contarão com 05 (cinco) eixos estruturantes, que se encontram no Informe CNAS n.º 03/2023 e perpassam pela lógica da proteção social instituída pela Política Nacional de Assistência Social.

Fonte: Conselho Regional de Serviço Social – MT.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

[Mato Grosso passa a contar com programa de proteção às vítimas e testemunhas de crimes](#)

O Governo de Mato Grosso deu mais um passo importante em busca da valorização e proteção dos direitos humanos no estado, com a implantação do Programa de Proteção à Vítimas e Testemunhas (Provita).

A assinatura do Termo de Colaboração com o Instituto de Arte e Cidadania do Ceará (IAC) ocorreu na tarde do dia 16 de junho, por meio da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (Setasc) e o Ministério Público Estadual (MPMT).

O Programa já existe em outros sete estados, por meio dos quais foi possível identificar o perfil médio de pessoas atendidas: em linhas gerais, são quem possui importantes informações a serem utilizadas na desarticulação de esquemas criminosos e na responsabilização de acusados envolvidos em facções e organizações criminosas, e em crimes por disputa de terras.

Para o promotor de Justiça Vinícius Gahyva Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa das Vítimas, Testemunhas e Colaboradores (CAO – Vítimas), o Provita será uma ampliação da defesa dos direitos humanos em Mato Grosso.

“É um grande ganho, é uma sensibilidade do Governo de Mato Grosso, no cumprimento de uma orientação que tem ganhado cada vez mais espaço no âmbito nacional. Sabemos que, efetivamente, a proteção de vítimas e testemunhas se enquadra dentro de um plano de ampliação dos direitos humanos, de forma que teremos mais uma ferramenta, que além de servir para a idoneização da produção das provas dos processos criminais, também servirá para que nós tenhamos a condição de oferecer um ambiente mais tranquilo para as pessoas que venham a ser vítimas de crimes violentos ou testemunhas”, disse.

Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso.



2. NOVIDADES LEGISLATIVAS

FEDERAL



Decreto nº 11.481, de 6.4.2023

Altera o Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016, que institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.



Decreto nº 11.496, de 19.4.2023

Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fórum Nacional de Microcrédito.



Decreto nº 11.498, de 25.4.2023

Altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais.



Decreto nº 11.543, de 1º.6.2023

Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar propostas de revisão da regulação do segmento fechado de previdência complementar.





Decreto nº 11.555, de 7.6.2023

Altera o Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, e institui o Programa Farmácia Popular do Brasil.



Decreto nº 11.556, de 12.6.2023

Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.



Decreto nº 11.558, de 13.6.2023

Dispõe sobre o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.



Decreto nº 11.584, de 28.6.2023

Institui o Programa Mais Alimentos.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

3. INDICAÇÕES INTERATIVAS



Para LER:

- 1 "IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL"

FONTE: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

- 2 "DEPOIS DO DESMONTE: BALANÇO DO ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO EM 2022"

COM O TÍTULO "DEPOIS DO DESMONTE", NOVO RELATÓRIO DO INESC TRAZ O BALANÇO DOS GASTOS DA UNIÃO ENTRE 2019-2022

FONTE: INESC - INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

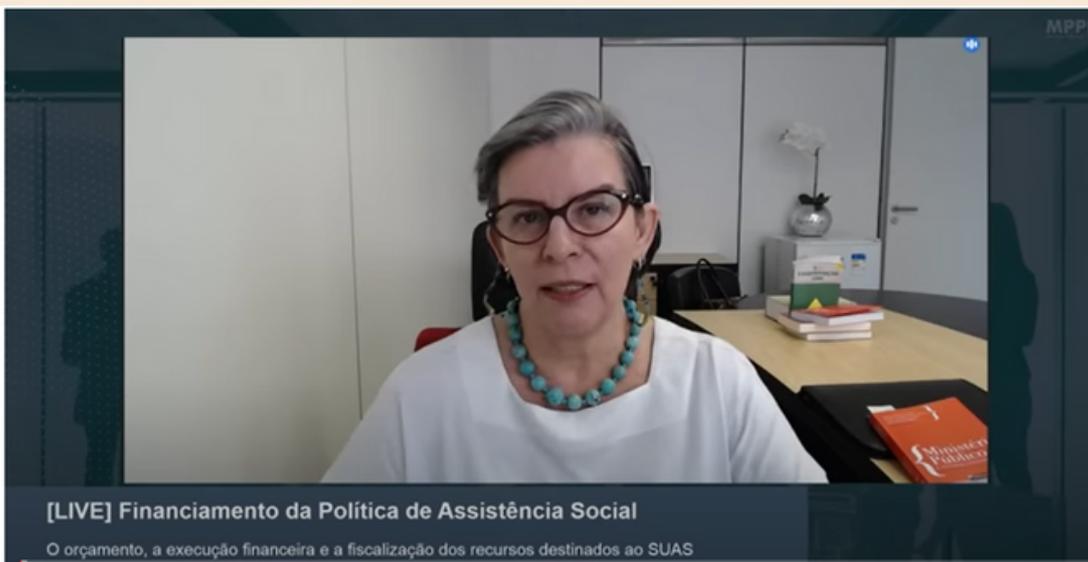


3. INDICAÇÕES INTERATIVAS

Para VER:

- 3 LIVE SOBRE O FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ESCOLA SUPERIOR DO MPPR

FONTE: YOUTUBE – ESCOLA SUPERIOR DO MPPR



Para OUVIR:

- 4 PODCAST "POR DENTRO DO ORÇAMENTO PÚBLICO"

FONTE: SPOTIFY



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

14ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CUIABÁ)



Nos dias 14 e 15 de junho de 2023 foi realizada em Cuiabá a 14ª Conferência Municipal de Assistência Social.

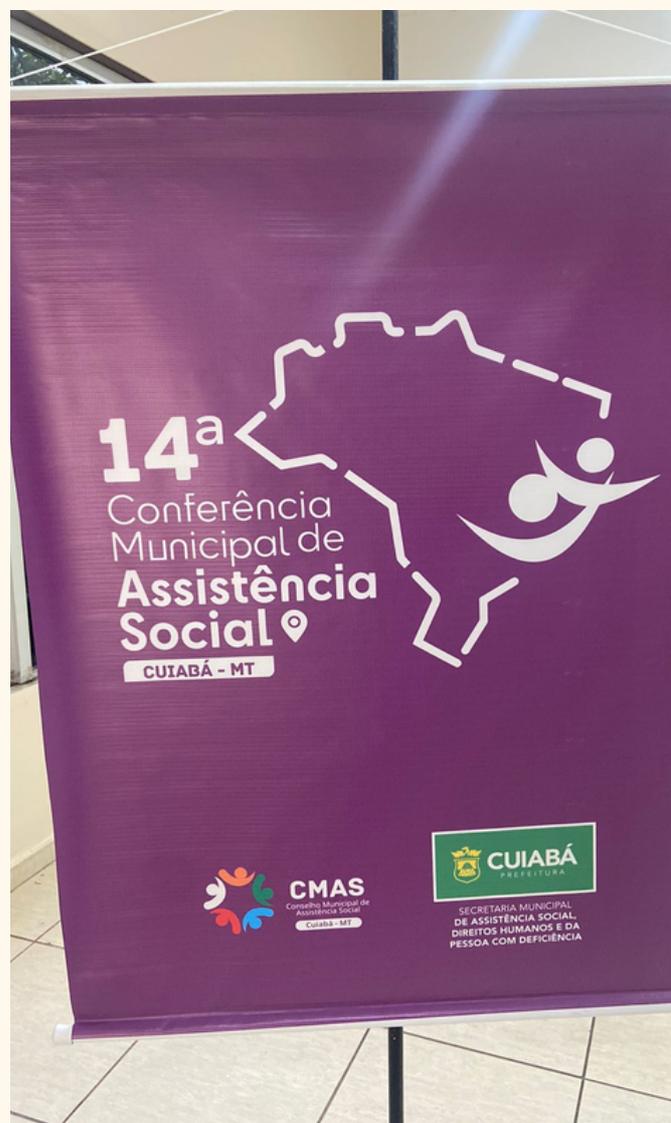
As Conferências de Assistência Social são instâncias que têm por atribuição a avaliação da Política de Assistência Social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social aos usuários e usuárias.

O tema escolhido para o encontro desse ano é **"Reconstrução do SUAS: O SUAS que temos e o SUAS que queremos"**. As propostas discutidas e aprovadas em plenária durante a 14ª Conferência Municipal serão apresentadas na etapa estadual, prevista para 04 a 06 de outubro.

Na ocasião, os delegados e convidados debateram sobre o financiamento, controle social, articulação intersetorial, serviços, programas, benefícios e transferência de renda na realidade concreta do Município, Estado e União.

A **Equipe CAO – SOCIAL**, representada pelas servidoras Jovana Albuês e Gabrielle dos Santos, esteve presente no evento supramencionado. *"Foi a primeira vez que tive a oportunidade em participar de uma Conferência Municipal com pautas atinentes ao Serviço Social. Uma experiência formidável, o evento foi muito bem organizado, repleto de debates enriquecedores e muito proveitosos."*, disse Jovana, Auxiliar Ministerial do CAO – Assistência Social – MPMT.

Para Gabrielle dos Santos, Assistente Ministerial do CAO – Assistência Social – MPMT, *"Os debates realizados em cada um dos eixos temáticos foram profícuos e bem elaborados, capazes de lançar luz aos desafios enfrentados na operacionalização da política, culminando em propostas alinhadas às necessidades percebidas na realidade cuiabana."*





5. "OUSE SABER"

PISOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os recursos do cofinanciamento federal são repassados sob a lógica de pisos. Cada piso tem uma conta vinculada para execução dos serviços, o que dificulta a operacionalização financeira dos recursos dos fundos municipais ou estaduais de assistência social: são mais de dez contas específicas para serem geridas pelos fundos de assistência social.

O piso é uma forma de organização dos serviços ofertados a determinado público-alvo. O valor que será repassado aos estados e municípios é calculado a partir de critérios para a oferta dos serviços. Com base nesses critérios, os pisos são calculados e os municípios recebem recursos para executar os respectivos serviços.

Pisos na Proteção Social Básica:

- Piso Básico Fixo (PBF);
- Piso Básico Variável (PBV) Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV) e Equipes volantes
Manutenção das lanchas.





5. "OUSE SABER"

Pisos na Proteção Social Especial Média Complexidade:

- Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC):
Serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI);

Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC);

Serviço especializado para pessoas em situação de rua;

Serviço especializado em abordagem social Serviço de proteção social especial em Centro-dia de referência para pessoas com deficiência e em situação de dependência e suas famílias.



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



5. "OUSE SABER"

Pisos na Proteção Social Especial Média Complexidade:

- Piso Transição de Média Complexidade
- Variável de Média Complexidade Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias Serviço socioeducativo Programa de Erradicação de Trabalho Infantil;

Pisos na Proteção Social Especial Alta Complexidade:

- **Piso Fixo de Alta Complexidade (PAC I)**
- **Piso Fixo de Alta Complexidade (PAC II)**
Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes;
Serviço de acolhimento ao público geral Serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua;
Serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência e em situação de dependência.





5. "OUSE SABER"

Os pisos da assistência social são dinâmicos, sofrem alterações ao longo dos anos de acordo com as necessidades identificadas pelo SUAS.

Para que seja ágil a execução dos recursos, foi criado o conceito de blocos de financiamento, a fim de dar mais liberdade ao gasto do recurso em um mesmo nível de proteção. Dessa forma, para todos os serviços da proteção social básica haverá apenas uma conta a ser gerenciada, com a possibilidade de realocar recursos de um serviço para outro dentro de um mesmo bloco.

Para maiores informações sobre o financiamento da assistência social, confira o Caderno "Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS", disponível em:

http://blog.mds.gov.br/fnas/wpcontent/uploads/2018/06/Gestao_Financeira_e_Orcamentaria_do_SUAS.pdf



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO